

Declaração de apoio da SALSA às ações de desintrusão das Terras Indígenas Apyterewa e Trincheira-Bacajá

A Sociedade para a Antropologia das Terras Baixas da América do Sul (SALSA), uma organização acadêmica e profissional internacional composta por professores, estudantes e pesquisadores, expressa seu apoio a ação de desintrusão das Terras Indígenas Apyterewa, do povo Parakanã, e Trincheira-Bacajá, do povo Xikrin.

Essa é uma ação interministerial e que reúne diversos órgãos do Estado em curso é de fundamental importância, sendo também um meio de reparação de danos que vêm sendo aprofundados nos últimos anos e de reparação histórica. Há alguns anos, uma ação conjunta liderada pelo IBAMA foi realizada, mas a gestão anterior da presidência brasileira não a levou a cabo, chegando a desmontar o escritório do IBAMA na região. No atual momento político no Brasil, em que se criou o Ministério dos Povos Indígenas e a Presidência da FUNAI é ela mesma indígena, e em que a atenção aos direitos ambientais ganha força, principalmente com a atuação da Ministra Marina Silva, esta ação se torna possível e tem sido realizada com um apoio e cuidado institucional importantes.

As Terras Indígenas Apyterewa e Trincheira-Bacajá são das mais invadidas no Pará atualmente, e até o momento os próprios povos indígenas estavam se esforçando para proteger seus territórios, sofrendo inclusive diversas ameaças de morte. As invasões causaram já um enorme desmatamento nesses territórios, com grande perda de biodiversidade, e levou à ocupação de grande densidade de invasores não-indígenas. Ressalte-se que ambas as TIs estão na área de impacto da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, a qual, como previsto em diversos estudos e documentado em ações do Ministério Público Federal (MPF) de Altamira, levou a uma maior pressão sobre terras indígenas, de conservação e de extrativistas na região, sendo essas duas TIs as mais impactadas.

A SALSA não só apoia essa ação, esperando que ela tenha sucesso e que seja feito respeitando os direitos humanos de todos os moradores locais, como aponta para a necessidade de garantia da proteção das fronteiras das TI's, atualmente pouco efetivas, e de proteção e segurança a longo prazo de todas as pessoas envolvidas, e respeito aos direitos humanos, em especial dos povos indígenas Xikrin e Parakanã no que concerne seus territórios, regular e recorrentemente ameaçados.

8 de dezembro, 2023